



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. EVILÁSIO FARIAS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Torna obrigatória a divulgação dos custos com publicidade da Administração Pública Federal.

DESPACHO: 29/04/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.079, DE 1996)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM

105 / 99

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

DE 199

PROJETO DE LEI Nº

167

9

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 767, DE 1999
(DO SR. EVILÁSIO FARIAS)



Torna obrigatória a divulgação dos custos com publicidade da Administração Pública Federal.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.079, DE 1996)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A publicidade custeada pela Administração Pública Federal indicará o custo total de sua produção e divulgação.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às entidades da administração direta, indireta e fundacional.

Art. 2º Os custos da publicidade serão divulgados da seguinte forma:

- I – nas emissoras de rádio, através de locução;
- II – nas emissoras de televisão, através de locução e legenda;
- III – nos periódicos, impresso no próprio texto publicitário;
- IV – em impressos, cartazes e assemelhados, no próprio texto publicitário, considerando os custos de toda a tiragem e quantidade impressa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias da data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO



A presente proposição visa assegurar o conhecimento, por parte da população, do montante de recursos públicos consumidos com publicidade e, conseqüentemente, coibir gastos excessivos, realizados em detrimento das prioridades ditadas pela conjuntura sócio-econômico-financeira.

Certos de que a conversão deste Projeto de Lei em diploma legal promoverá uma melhor aplicação dos recursos provenientes do erário, consoante as necessidades básicas da população, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 29 de ABR de 1999.


Deputado Evilásio Farias

90.34.69-00-172

Lote: 75

Caixa: 104

PL Nº 767/1999

3

PLENÁRIO - RECEBIDO

Em 29/04/99 às 14:35 hs

Nome Jore Pedro

Ponto 3290

PL.-0767/99

Autor: EVILÁSIO FARIAS (PSB/SP)

Apresentação: 29/04/99

Prazo:

Ementa: Projeto de lei que torna obrigatória a divulgação dos custos com publicidade da Administração Pública Federal.

Despacho: Apense-se ao PL. 2079/96.